CSN tentou convencer governo a impedir expedição

Vida Nova

Aposentadoria de bancário

Constituição

"Sou funcionário do Banco do Brasil, tendo tomado posse no dia 10.10.58. O bancário, amparado por lei, aposenta-se aos 30 anos de serviço ou contribuição. Como fica a situação com a nova Constituição?"

Renato Gonçalves Patrão (Campos-RJ).

Renato tem mais de 30 anos de contribuição à Previdência, mas completa os 30 de serviço bancário efetivo logo após a promulgação da Constituição. A raiz de sua dúvida é se o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria será de 35 anos — regra geral da nova Constituição, ou de 30 anos, conforme prevê a legislação referente aos bancários.

Há dois aspectos para se levar em conta. O primeiro está até citado na carta, que repete o texto aprovado na Constituição. Ali é dito que o tempo de aposentadoria pode ser inferior nos casos de trabalho sob condições especiais, prejudiciais à saúde ou integridade física. Ora, com isto as leis que hoje definem tarefas insalubres e perigosas permanecem constitucionais.

O segundo é que estas novas normas vão vigorar a partir de planos previdenciários aprovados por leis que a própria Constituição prevê. Tem seis meses para apresentação de projetos, outros seis para sua votação e mais ano e meio para escalonamento dos novos benefícios. Portanto, as regras vão ainda permanecer iguais por um tempo, no máximo dois anos e meio, mas, provavelmente, menos do que isso.

A aposentadoria especial dos bancários não se transforma em inconstitucional. E se ela for modificada ou suprimida, isso acontecerá no bojo de novos planos previdenciários a serem elaborados, discutidos e votados. Após o dia 10 de outubro, o nosso missivista vai poder requerer sua aposentadoria pelo atual tempo de serviço especial dos bancários. Ele só não vai poder aproveitar a nova forma de cálculo das aposentadorias.

Aposentadoria da mulher

"Como fica a aposentadoria proporcional da mulher? Aquela que tiver mais de 25 e menos de 30 anos de contribuição deverá receber 3% por ano de trabalho, como acontece com o homem?"

Maria José Penteado (Rio) e Zelinda Costa Rezende (Rio).

A norma a que se referem as leitoras é a que permite a aposentadoria proporcional, após 30 anos de trabalho para o homem e 25 para a mulher. A inovação, neste caso, refere-se à mulher que, na legislação atual, não é abrangida pela aposentadoria proporcional.

As disposições transitórias da futura Constituição fazem uma previsão de prazos para implantação de novos planos previdenciários e outras mudanças. O prazo máximo ali previsto é de dois anos e meio. Um problema como este, o da aposentadoria proporcional da mulher, pode ser resolvido bem mais rapidamente. No entanto, não é autoaplicável. Está sujeito à regra das disposições transitórias. Portanto, as mulheres com tempo para aposentadoria proporcional precisarão aguardar a regulamentação a respeito.

A outra questão suscitada é sobre o acréscimo por

Ethevaldo Dias

BRASÍLIA — O CSN (Conselho de Segurança Nacional) tinha informações, desde o início de 1986, que a expedição "Em canoas do Amazonas ao Caribe", realizada entre fevereiro e agosto do ano passado, poderia ser utilizada por Cuba para uma ação de espionagem na Amazônia. Uma fonte ligada aos órgãos de informações revelou, na noite de ontem, que, na época, o CSN chegou a aconselhar a presidência da República desautorizar a expedição, mas o governo brasileiro sustentou a autorização para evitar um incidente diplomático. O objetivo da espionagem segundo a fonte, era o de fazer um "levantamento estratégico", da região, interesse comum entre serviços de espionagem do mundo.

A suspeita de que a missão de caráter científico poderia esconder uma ação de espionagem, foi levantada publicamente pela professora Doris Santos Faria, da Universidade de Brasília, que está escrevendo um livro sobre a expedição, conforme revelou ontem o JORNAL DO BRASIL. Ao longo da expedição, em fevereiro do no passado, uma pesquisadora cubana, Ketty Albuin Penã, chegou a pedir asilo ao governo brasileiro, mas desistiu posteriormente voltando para Cuba. Os órgãos de informações começaram a desconfiar das verdadeiras intenções já nos primeiros contatos com o governo brasileiro, através do Itamaraty, quando pediram uma série de dados que, na interpretação destes órgãos, eram exagerados. A proposta cubana para a expedição não tinha embasamento científico convicente. "Era uma proposta romântica, apenas para refazer o roteiro de Vicente Pizon apenas vagamente falava em interesse científico", disse um militar que acompanhou o episódio dentro do CSN.

As suspeitas — Cuba foi o país que propôs ao governo brasileiro, através de um representante do Itamaraty em Havana, no início de 1986, que em conjunto com o Equador, Perú e Colômbia, se reproduzisse a uma expedição de Pinzon, conquistador espanhol que saiu do Pacífico e foi até as Antilhas. O governo brasileiro, na época em fase de aproximação com Cuba, aceitou de pronto a proposta. Em abril de 1986, a Unesco, na IV Conferência Ibero-Americana, Costa Rica, aprovou o projeto.

Nesta altura, os órgãos de informações já desconfiavam das intenções cubanas porque não consideravam a proposta cientificamente bem baseada. Ao longo de 1986, as suspeitas aumentaram quando o governo cubano começou a organizar a expedição, exigindo do Brasil informações consideradas de segurança nacional na área; como localização de estações de rádio, navegabilidade de rio, transportes disponíveis, barcos e helicópteros na região. O assunto foi levado ao Conselho de Segurança Nacional que concordou que a região a ser navegada pelos cubanos era área sensível, por ser de fronteira, com Perú, Colômbia, inclusive passando perto da área colombiana dominada pelo movimento guerrilheiro M-19, próximo à fronteira brasileira no extremo norte, na região de São Gabriel da Cachoeira.

Para evitar mal-estar diplomático, já que o governo brasileiro havia apoiado a proposta Cubana, o Itamaraty confirmou a autorização. Ficou decidido no Conselho de Segurança Nacional que caberia ao Serviço Nacional de Informações acompanhar a expedição, infiltrando agentes de contra-informações.

Luis Dacosta

Roteiro da expedição cortava a Amazônia

A espionagem — As suspeitas dos órgãos vieram a se confirmar com o formato da expedição, com a presença de nove cubanos, sendo chefiada pelo vice-ministro de cultura, Antonio Nunes Gimenez, cinco colombianos, dois equatorianos e uma brasileira, Doris Santos Fariaque, ao final da expedição, teve a colaboração de Regina Silva, do Instituto de Pesquisa da Amazônia-INPA. A equipe cubana era composta por três geógrafos, um botânico, um geofísico, um operador de rádio, um desenhista, um médico e uma assistente de pesquisa, exatamente Katty Pena, que tentou o asilo.

O informante ligado à comunidade de informações, explicou que a missão de espionagem cubana na região Norte, se justifica para realizar um "levantamento estratégico" da área. Não se trata de uma operação com vista a alguma ação cubana contra o Brasil, mas de levantamento de informações preciosas de uma região pouco conhecida dos cubanos. A região, na avaliação deste informante, por ser de fronteira desabitada, pode facilmente, no futuro, se transformar em "área liberada" por movimentos guerrilheiros tanto do Brasil, quanto da Colômbia e Peru. Neste caso, os governos têm interesse em levantamento da possibilidade de suprimento ou combate destas áreas.

Os serviços de informações brasileiros consideraram natural que os cubanos tenham tentado esta operação de espionagem, porque é prática comum nos serviços de inteligência de todos países. O próprio Brasil usa navios mercantes para levantamentos de portos em alguns países. Os comandantes dos navios informam em relatório à Marinha dados atualizados sobre condições de segurança destes portos. No caso brasileiro os cubanos provavelmente saíram com levantamento da região fronteiriça, onde pelos menos dois países têm movimento de guerrilha, o Peru com os Senderos luminoso e a Colômbia com o M-19.

Desmentido — Tanto o Itamarati quanto a Embaixada de Cuba, em Brasília, desmentiram a existência de espionagem. "Foi uma missão científica autorizada pelo governo e acompanhada todo o tempo pelas autoridades de segurança, que davam amparo à caravana", disse o chanceler Abreu Sodré, ontem. Segundo ele, o acompanhamento dos órgãos de segurança visava a proteger os membros da expedição contra eventuais ataques de índios. "Isso não passa de uma história fantasiosa para colocar a opinião pública contra Cuba", reagiu o conselheiro para Assuntos Econômicos, Científicos e Tecnológicos da embaixada cubana, Cristóbal Pupo Tellez, que participou dos preparativos da expedição *Em Canoas do Amazonas ao Caribe*.

O Itamarati divulgou nota oficial reafirmando as declarações de Sodré e acrescentando que não há qualquer "esfriamento" nas relações Brasil-Cuba, "que seguem curso absolutamente normal".

Argumentos — Fontes do Itamarati afirmaram que os militares realmente não gostaram da idéia de ter cubanos participando da expedição em território brasileiro, mas acabaram cedendo aos argumentos do Itamarati. A expedição foi então acompanhada em todo o percurso no Brasil por barcos da Marinha de Guerra. O chanceler Abreu Sodré confirmou o pedido de asilo político feito pela cubana Ketty Marlene Abuin Pena, que ficou um mês hospedada na casa da psicóloga Dóris Santos Faria, enquanto aguardava a concessão do asilo. Segundo o Itamarati, Ketty Marlene manifestou a Dóris a intenção de permanecer no Brasil, durante a expedição ao Amazonas.

A psicóloga pós Ketty em contato com os militares brasileiros que acompanhavam a expedição, e estes transmitiram o pedido de asilo ao comando militar da Amazônia, que o encaminhou ao Itamarati.

Paralisação de obras nas estradas aumenta número de acidentes

SÃO PAULO — Quanto menor o volume de investimento na segurança e manutenção das estradas, maior o número de acidentes de trânsito. Embora seja óbvia para a maioria dos países civilizados, essa constatação ainda precisa ser freqüentemente repetida no Brasil. Para mais um desses alertas ao Governo federal, a ABST (Associação Brasileira de Segurança de Trânsito), entidade que congrega 100 empresas prestadoras de serviços rodoviários, entregará amanhã ao presidente José Sarney um protesto contra a paralisação das obras de segurança contratadas pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). "Ou o Governo toma providências, e volte a liberar as verbas, ou as rodovias federais serão o palco de um verdadeiro massacre", diz o presidente da ABST, o engenheiro e empresário Tadeu Gomes Fernandes, 44 anos.

Um levantamento feito pela Associação mostra que a relação investimentos-acidentes é inversamente proporcional (veja no gráfico). Em 1984, por exemplo, quando o DNER não investiu um único cruzeiro nos 50 mil quilômetros de rodovias sob a sua jurisdição, foram contabilizados 47.710 acidentes e 4.099 mortes. Em 1985, quando Cz$ 37 bilhões (884 mil OTN's) foram investidos, houve 53.695 acidentes e 4.974 mortes — para 71.341 e 6.757 mortes um ano depois, em 1986, quando os recursos de Cz$ 113 milhões (1.064 mil OTN's) representaram um aumento insignificante. Em 1987, quando o investimento chegou a Cz$ 578 bilhões (1861 mil OTN's), os acidentes caíram um pouco, para 63.915 e 5.825 mortes.

Preocupação — É verdade que a ABST nunca pareceu publicamente muito preocupada com isso — mas, no último dia 11 de setembro, quando o DNER, pressionado pela chamada Operação Desmonte, o corte de verbas pelo Governo federal, anunciou a paralisação de todos os contratos assinados com as empresas que trabalham em segurança nas estradas — principalmente na sinalização ou pintura de faixas —, a pedra doeu no calo mais caro da Associação — o pagamento dos serviços contratados. Segundo Tadeu Gomes Fernandes, os contratos formalizados chegavam a um valor de Cz$ 3.540 bilhões (4.315 mil OTNs) para trabalhos de manutenção e segurança em 11 mil quilômetros de estradas, mas apenas Cz$ 277 milhões (388 mil OTNs) chegaram a ser efetivados, representando 2.468 quilômetros. "Um absurdo, quando só 5% das rodovias federais estão devidamente sinalizadas, 25% estão com a sinalização do ano passado e 70% não têm qualquer sinalização", diz o presidente da ABST.

Dos 441 contratos paralisados pelo DNER, sob a alegação de falta de verbas para cumpri-los, 41 são de obras de sinalização. Só para a empresa de Tadeu, a Linephalt Brasileira, que é a maior do setor, o DNER está devendo Cz$ 313 milhões. "A situação das empresas é muito preocupante e há uma perspectiva real de desemprego", diz Tadeu, afirmando que a ABST irá à Justiça se até o dia 1º de outubro o DNER não cumprir o que foi estabelecido nos 41 contratos assinados em julho. É que, pelo contrato, as empresas devem colocar todo o material que vai ser utilizado nos canteiros do DNER pelas estradas. O órgão examina a qualidade das tintas e das esferas de vidro, que dão luminosidade às faixas, e só então libera o início da obra. "Até aí, 60% dos custos já foram investidos", reclama o engenheiro. O DNER paga Cz$ 938.500,00 para cada quilômetro de rodovia sinalizada — "um preço alto, mas muito menor do que um preço de uma vida", segundo Gomes Fernandes.

Ironias — No memorial que será entregue ao presidente José Sarney, assinado pela ABST e por outras entidades — o Sindicato Nacional da Indústria de Construção de Estradas e a Associação Brasileira dos Engenheiros Rodoviários, entre elas — reivindicação principal, além da retomada dos contratos já assinados, é a modificação do orçamento da União para o ano que vem, que pelas novas regras definidas na Constituinte será aprovado pelo Congresso Nacional. O orçamento atual estipula para o DNER a dotação dos Cz$ 181 bilhões, muito menos dos Cz$ 800 bilhões que foram reivindicados.